



BATALHA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2022

Município da Batalha

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO MUNICÍPIO DA BATALHA

EXERCÍCIO DE 2022

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Organização Municipal.....	7
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços.....	7
CAPÍTULO II – Recursos Humanos.....	11
1. Estrutura de Recursos humanos	11
CAPÍTULO III – Análise Orçamental e Económico-Financeira.....	15
1. Análise Orçamental.....	16
1.1 Execução Orçamental da Receita.....	16
1.2. Execução Orçamental da Despesa	17
1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano.....	20
1.4. Resultado Orçamental	22
1.5. Principais Indicadores Orçamentais.....	24
2. Análise Económico-Financeira	25
2.1. Balanço	25
2.2. Demonstração de Resultados.....	28
2.3. Endividamento	32
2.3.1. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução).....	33
2.4. Indicadores Económico-Financeiros	35
CAPÍTULO IV – Contabilidade de Gestão	36
1. Análise de Custos por Funções.....	36
CAPÍTULO V – Proposta Aplicação de Resultados.....	39
CAPÍTULO VII – Considerações Finais	39

Índice de Quadros

Quadro 1 - Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo	11
Quadro 2 - Admissões de Colaboradores	12
Quadro 3 - Saídas de Colaboradores	12
Quadro 4 - Custos com Pessoal	14
Quadro 5 - Limite Legal _ Custos com Pessoal	14
Quadro 6 - Absentismo	15
Quadro 7 - Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)	16
Quadro 8 - Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)	17
Quadro 9 - Execução da Despesa	18
Quadro 10 - Comparativo da Despesa (2022 – 2021)	19
Quadro 11 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas	20
Quadro 12 - Execução das Grandes Opções do Plano	21
Quadro 13 - Fontes de Financiamento dos Investimentos	22
Quadro 14 - Receita / Despesa	23
Quadro 15 - Poupança Corrente do Exercício	23
Quadro 16 - Regra de Equilíbrio Orçamental	24
Quadro 17 - Indicadores Orçamentais	24
Quadro 18 - Balanço	26
Quadro 19 - Evolução do ativo	27
Quadro 20 - Evolução do passivo	28
Quadro 21 - Demonstração de Resultados	29
Quadro 22 - Evolução dos gastos	30
Quadro 23 - Evolução dos rendimentos	31
Quadro 24 - Dívidas a terceiros	32
Quadro 25 - Cálculo do Endividamento	34
Quadro 26 - Evolução dos indicadores económico-financeiros	35
Quadro 27 – Gastos por funções	37

(Página propositadamente deixada em branco)

INTRODUÇÃO

Dispõe a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que os documentos de prestação de contas são apreciados pelo órgão deliberativo.

Considerando-se o disposto no art.º nº 3 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2022. O mesmo foi elaborado tendo subjacente a Norma de Contabilidade Pública (NCP) nº 1, que define a estrutura e conteúdo das Demonstrações financeiras, e a NCP nº 26 relativa à contabilidade e relato orçamental.

A análise das contas de 2022 tem que ser efetuada tendo em conta o pós-crise pandémica, que assolou o mundo, e o conflito armado na Ucrânia.

Toda a economia global sofreu efeitos colaterais devido ao aumento dos preços da energia e da alimentação, aumentando, ainda mais, as pressões inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia.

A atividade municipal tem vindo assim a sofrer o impacto destes acontecimentos em várias dimensões, nomeadamente na estrutura das despesas e receitas, na adaptação operacional dos serviços e no exercício de competências.

É neste contexto, e através do presente relatório, que apresentamos as Contas Públicas do MUNICÍPIO DA BATALHA referentes ao exercício de 2022, projetadas com rigor, transparência e na salvaguarda dos elementares princípios da legalidade.

CAPÍTULO I – Organização Municipal

1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua atual redação, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Executivo Municipal (início de funções a 16/10/2021 até à presente data)

Presidente: Raul Miguel de Castro

Pelouros: Obras Municipais; Ordenamento do Território; Proteção Civil Municipal; Auditoria e Controle de Gestão; Unidade e Proteção de Saúde Animal; Intervenção Sanitária; Comunicação e Relações Públicas; Saúde; Ambiente.

Vice-Presidente: Carlos Agostinho Costa Monteiro

Pelouros: Financeira (contabilidade e finanças; receitas; execuções fiscais; tesouraria; património e aprovisionamento); Contratação Pública; Fundos Comunitários; Recursos Humanos; Loja do Cidadão; Atendimento ao público, expediente geral e arquivo; Informática e Sistemas de Informação; Apoio aos órgãos autárquicos, comissões e notariado; Educação; Apoio às empresas e empreendedorismo; Desenvolvimento económico; Manutenção e Exploração

Vereadora em Regime Permanência: Mónica Aguiar Louro Cardoso

Pelouros: Cultura; Biblioteca; Museu; Arquivo Histórico; Turismo; Defesa do Consumidor; Apoio Jurídico; Desporto e Tempos Livres.

Vereador em Regime de Permanência (meio tempo): Maribela dos Santos Vieira

Pelouros: Ação e Desenvolvimento Social; Rede Social; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ); Juventude

Vereador em Regime de Não Permanência: André da Costa Loureiro

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Vereadora em Regime de Não Permanência: Ana Rita André Costa e Silva Calmeiro

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Vereador em Regime de Não Permanência: Nuno Augusto Silva Almeida

Pelouros: Sem pelouro atribuído.

Assembleia Municipal – (início de funções a 16/10/2021 até à presente data)

Deputados Municipais Eleitos*

Joaquim José Pereira Ruivo	Presidente
Elsa Maria Martins Libânio	1º Secretário
Germano Santos Pragosa	2º Secretário
Alfredo Monteiro de Matos	
Armando Pedro Pinheiro Rosa	
Sónia Isabel Jordão Costa	
Célia Maria Lopes dos Santos Murta Cadima	
José Moreira Filipe	
Nuno Miguel Silva Santos	
Octávio Carvalho Vilça	
Catarina Alexandra Cruz Bagagem	
Telmo Alexandre Henriques Ferreira	
Fernando Miguel Rodrigues Marques	
Lina Isabel dos Santos Oliveira	
Francisco Manuel dos Santos Coutinho	
Carlos Alberto Monteiro dos Santos	
Valter Mendes Cardoso	
Eduardo Manuel Cardoso Marques Veiga	
Elodie Carreira Zeferino	
Arlindo Oliveira Silva Marques	
Ricardo António Matias Vala	
Fernando José Lopes de Oliveira	Presidente da Junta de Freguesia da Batalha

António Fernando Martins de Sousa Lucas

Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal

Marco Alexandre Ribeiro Vieira

Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede

José Carlos dos Reis Ferraz

Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira

Organização dos Serviços

A Organização Interna dos serviços municipais obedece a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º, em conjugação com o art.º 10º do Decreto Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação. A estrutura orgânica do município, em vigor no ano de 2022, foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 20 de dezembro de 2021, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 06 de dezembro de 2021 e publicado em Diário da República n.º 17, 2.ª série de 25 de janeiro de 2022. Na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 13 de dezembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal, em reunião ordinária do dia 21 de novembro de 2022, foi aprovada a nova estrutura orgânica do município, que entra em vigor no ano de 2023, após publicitação em Diário da República.

A estrutura orgânica tem por finalidade dotar o município de uma estrutura orgânica adequada, com perspetiva de futuro, suportada de um quadro qualificado capaz de responder com os objetivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo motivação, condições de trabalho, de eficiência e eficácia.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

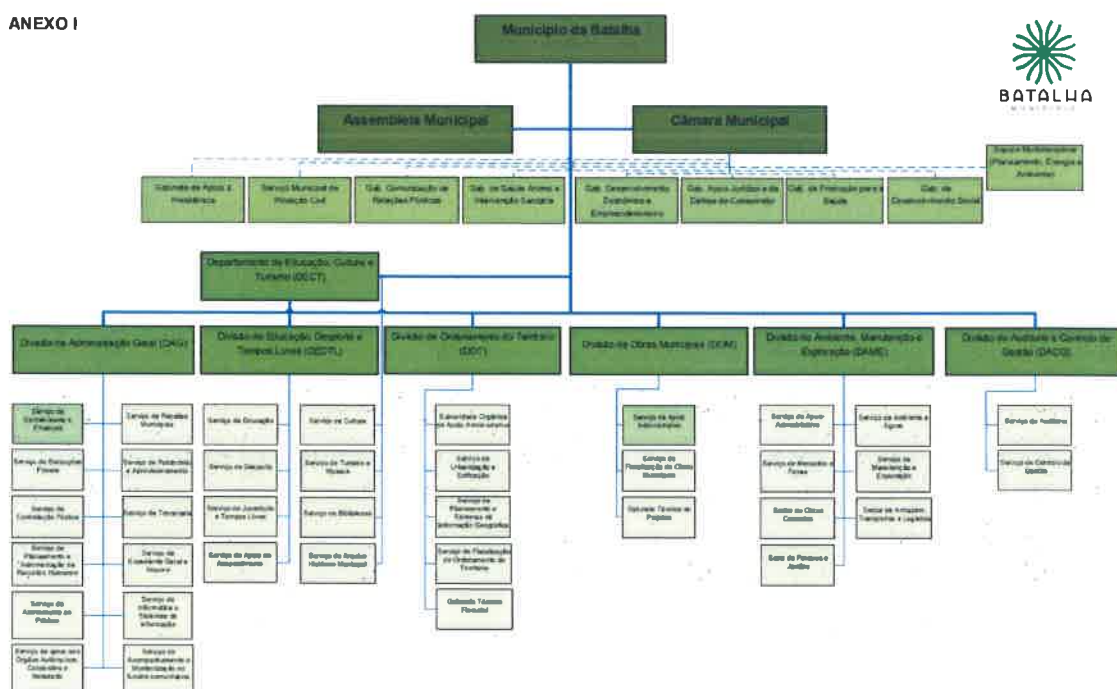
- A dotação máxima de Estruturas Nucleares é fixada em 1, correspondente à seguinte estrutura:
 - Departamento de Educação, Cultura e Turismo (DECT);
- A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em 6, correspondente à seguinte estrutura:
 - Divisão de Administração Geral (DAG);
 - Divisão de Obras Municipais (DOM);
 - Divisão do Ordenamento do Território (DOT);
 - Divisão de Ambiente, Manutenção e Exploração (DAME);
 - Divisão de Auditoria e Controlo de Gestão (DACG);

- Divisão de Educação, Desporto e Tempos Livres (DEDTL).

- A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 2, correspondente à seguinte estrutura:
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade e Finanças;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:

ANEXO I



Modelo Estrutural Hierarquizado – Conforme Dec Lei 305/2009 de 23 de Outubro

CAPÍTULO II –Recursos Humanos

1. Estrutura de Recursos humanos

Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 234 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 225 integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas, dos quais, 46 trabalhadores (pessoal não docente) transferidos para o Município em regime de mobilidade no âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local (Contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência e o município da Batalha em 18 de maio de 2015);
- 5 chefes de divisão, em regime de comissão de serviço;
- 1 comissão de serviço – Coordenador Municipal de Proteção Civil;
- 3 trabalhadores afetos ao Gabinete de Apoio Presidência/Vereação;

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Quadro1 - Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outros	Total
Dirigentes		5			5
Técnicos Superiores	31				31
Assistentes Técnicos	45				45
Assistentes Operacionais	144				144
Informática	2				2
Outros	3	1		3	7
TOTAL	225	6	-	3	234

Verificaram-se 32 entradas que dizem respeito às seguintes situações:

- Integração de 24 trabalhadores (3 técnicos superiores, 20 assistentes técnicos e 1 especialista de informática), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

- Reintegração de 4 técnicos superiores por motivos de cessação da comissão de serviço e reposição de 4 chefias de divisão;

Quadro 2 - Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes		4		4
Técnicos Superiores	3		4	7
Assistentes Técnicos				0
Assistentes Operacionais	20			20
Informática	1			1
Outros				0
TOTAL	24	4	4	32

Em contrapartida, registaram-se 14 saídas, das quais destacamos a caducidade de 1 contrato de trabalho a termo de técnico superior de desporto (professores de natação), 6 assistentes operacionais, por motivos de aposentação (4), mobilidade interna entre organismos (1) e rescisão contratual por iniciativa do trabalhador (1), 2 assistentes técnicos por motivos de rescisão contratual por iniciativa do trabalhador, 1 técnico superior por procedimento de mobilidade interna entre organismos e 4 dirigentes por cessação das comissões de serviço.

Quadro 3 - Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes			4	4
Técnicos Superiores	1		1	2
Assistentes Técnicos			2	2
Assistentes Operacionais			6	6
Informática				0
Outros				0
TOTAL	1	0	13	14

Custos com Pessoal e Afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais pagas com pessoal ascenderam a 4,374 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 2,1%, face ao ano anterior, cerca de 89.656€. Este aumento está relacionado com:

- O processamento do suplemento de penosidade e insalubridade (artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro) aprovado nos termos da Deliberação n.º 2021/0563/GAP de 20 de dezembro de 2021;
- Atualização do subsídio de refeição, nos termos da Portaria n.º 280/2022 de 18 de novembro;
- A atualização das remunerações e da base remuneratório da remuneração mínima mensal dos funcionários públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07 de dezembro e Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho;
- Aumento da rubrica dos encargos com a Segurança Social /Caixa Geral de Aposentações, consequência das atualizações acima identificadas.

Quadro 4 - Custos com Pessoal

Descritivo	2021	2022	Peso %	Var. 21-22
Remunerações Certas e Permanentes	3 022 922	3 070 533	70,2%	1,6%
Membros dos Órgãos Autárquicos	121 972	118 352	2,7%	-3,0%
Pessoal do Quadro	2 010 420	2 388 847	54,6%	18,8%
Pessoal em qualquer outra situação	49 018	73 709	1,7%	50,4%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	0	0	0,0%	0,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	81 623	6 580	0,2%	-91,9%
Pessoal acordo de cedência	255 051	0	0,0%	100,0%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	42 818	34 120	0,8%	-20,3%
Subsídio de Férias e de Natal	462 020	448 926	10,3%	-2,8%
Outras Despesas c/ Pessoal	337 737	372 383	8,5%	10,3%
Deslocações e Ajudas de Custo	1 922	2 500	0,1%	30,1%
Trabalho Extraordinário	28 823	39 208	0,9%	36,0%
Subsídio de Refeição	233 996	240 939	5,5%	0,0%
Abonos para falhas	2 177	2 033	0,0%	-6,6%
Abonos e Senhas Presença	34 177	52 323	1,2%	53,1%
Representação	36 641	35 379	0,8%	-3,4%
Segurança Social	924 628	932 027	21,3%	0,8%
Pensões	3 526	972	0,0%	-72,4%
Encargos com a Saúde	146 131	148 275	3,4%	1,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	7 884	6 065	0,1%	-23,1%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	188 062	44 166	1,0%	-76,5%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	543 860	703 717	16,1%	29,4%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	0,0%
Seguros de Pessoal	35 166	28 832	0,7%	-18,0%
TOTAL	4 285 287	4 374 944	100%	2,1%

Quadro 5 - Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2021	2022
Nº Efetivos (Trabalhadores)	222	234
Custo Médio por Efetivo	19 303	18 696
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	39,1%	37,1%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
<i>% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)</i>	65,2%	61,8%

No ano em análise verifica-se um aumento do número de trabalhadores, mantendo-se o limite legal imposto pelos D.L. n.º 116/84 e 44/85. O limite foi parcialmente utilizado em 61,80%, registando-se um decréscimo de cerca de 3,4% do nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

O indicador traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente do ano anterior ao respetivo exercício.

Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da Lei n.º 75-B/2020 de 31/12 (LOE/2021), as Autarquias Locais podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos seguintes termos:

- Cumprimento das regras de Equilíbrio Orçamental;
- Cumprimento dos limites de endividamento;
- Sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 2785 dias, um decréscimo de 280 dias em relação ao ano 2021.

Quadro 6 – Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)						Total Faltas Dias
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Trabalhador Estudante	Outros	
Dirigentes						3	9
Técnicos Superiores			16			42	105
Assistentes Técnicos			165	9		64	297
Assistentes Operacionais			1 498	608	2	161	2 374
Informática							
Outros							
TOTAL	-	-	1 679	617	2	270	2 785

CAPÍTULO III – Análise Orçamental e Económico-Financeira

1. Análise Orçamental

1.1 Execução Orçamental da Receita

No ano de 2022, a receita cobrada líquida aumenta cerca de 797.597 mil euros, face ao ano de 2021. Este aumento, verificado em termos globais, decorre do aumento das receitas correntes, essencialmente das receitas dos impostos diretos, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e das receitas de capital, designadamente a venda de bens de investimento.

A receita corrente, apresentam um aumento face ao ano anterior na ordem dos 1,537 milhões de euros, ficando este aumento a dever-se em grande parte à retoma da atividade económica que em resultado dos efeitos da Pandemia associada à doença COVID-19, deixaram de ser cobradas taxas e prestação de serviços municipais. Acresce, também, o aumento significativo dos impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama) e das transferências correntes, que contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM), Participação Fixa no IRS e a participação do IVA, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes das transferência de competências, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

As receitas cobradas ascenderam aos 15,255 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental na ordem dos 82,70%, verificando-se um aumento nominal de 7,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Quadro 7 - Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2021					Exercício 2022				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	8 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	3 174 277	3 483 114	3 365 281	191 004	106,0%	3 297 314	3 883 407	3 844 586	547 272	116,6%
02 Impostos Indiretos	0	0	0	0	#DIV/0!	0	0	0	0	0
04 Taxas, Multas O. Penalidades	842 299	752 218	749 039	-93 260	88,9%	862 733	860 625	830 577	-32 156	96,3%
05 Rendimentos de Propriedade	675 458	549 503	549 132	-126 326	81,3%	668 809	686 454	683 564	14 755	102,2%
06 Transferências Correntes	6 353 458	6 783 285	6 784 074	430 616	106,8%	6 575 022	7 348 632	7 328 819	753 798	111,5%
07 Venda Bens e Serviços Cor	327 916	215 258	225 300	-102 617	68,7%	782 986	600 876	509 755	-273 231	65,1%
08 Outras Receitas Correntes	2 000	4 184	2 543	543	127,2%	1 755	18 425	15 308	13 554	872,4%
Receitas Correntes	11 975 408	11 787 562	11 675 969	299 961	102,6%	12 188 619	13 398 420	13 212 611	1 029 992	108,4%
09 Venda Bens Investimento	89 828	107	107	-89 721	0,1%	20	851 370	851 370	851 350	4256850,5%
10 Transferências de Capital	3 180 222	850 753	839 420	-2 340 802	26,4%	3 201 003	853 037	837 020	-2 363 983	26,1%
11 Ativos Financeiros			0	0	0,0%		0	0	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	3 320 000	674 417	674 417	-2 645 583		2 771 770	66 142	66 142	-2 705 628	2,4%
13 Outras Receitas de Capital	6 080	3 808	3 808	-2 272	62,6%	500	11 431	11 431	10 931	2286,1%
Receitas Capital	6 596 130	1 529 085	1 517 752	-5 078 377	23,0%	5 973 293	1 781 980	1 765 963	-4 207 330	29,6%
15 Reposições Não Abat Pag.s	500	4 494	4 494	3 994	898,8%	0	0	0	0	0
Saldo da Gestão Anterior	1 260 144	1 260 144	1 260 144	0	100,0%	276 783	276 783	276 783	0	100,0%
Total	19 292 182	14 581 286	14 457 780	-4 774 422	75,2%	18 438 696	15 457 183	15 255 358	-3 183 338	82,7%

Comparando a execução/cobrança da receita face ao previsto no orçamento, verifica-se que os desvios decorrem na generalidade das rubricas, verificando-se uma acentuada diminuição na rubrica das transferências de capital e Passivos Financeiros. Verifica-se um desvio negativo no total das receitas de capital, cerca de 70,44%, devido à morosidade na validação da despesa de projetos financiados no âmbito do PORTUGAL 2020, bem como, na não utilização dos empréstimos bancários aprovados no âmbito do IFRRU.

O grau de execução dos impostos diretos e das transferências correntes, superaram a previsão orçamental em 16,6%, e 11,5%, respetivamente.

Quadro 8 - Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2021				Exercício 2022				Var. (%) RC '22-21
	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI - Imposto Municipal Imóveis	1 703 888	1 761 611	57 723	103,4%	1 751 886	1 836 625	84 739	104,8%	4,3%
IUC - Imposto Único Circulação	489 521	511 878	22 357	104,6%	507 413	556 360	48 947	109,6%	8,7%
IMT - imposto Municipal Transm. O. Imóveis	446 530	627 335	180 806	140,5%	578 895	875 266	296 372	151,2%	39,5%
Derrama	534 338	464 456	-69 882	86,9%	459 120	576 334	117 214	125,5%	24,1%
Impostos Diretos	3 174 277	3 365 281	191 004	106,0%	3 297 314	3 844 586	547 272	116,6%	14,2%
Mercados e Feiras	32 554	129	-32 425	0,4%	13 134	46 261	33 127	352,2%	35761,0%
Loteamentos e Obras Urbanização	111 054	105 136	-5 918	94,7%	121 297	124 883	3 586	103,0%	18,8%
Ocupação Via Pública	8 489	160	-8 329	1,9%	3 739	8 523	4 784	227,9%	5226,8%
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	1 175	3 798	2 623	323,2%	969	1 742	774	74,4%	-54,1%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	153 272	109 223	-44 049	71,3%	139 139	181 409	42 270	130,4%	66,1%
Total	3 327 549	3 474 504	146 955	104,4%	3 436 454	4 025 996	589 542	117,2%	15,9%

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente em 14,2%, traduzindo-se num valor arrecadado superior ao orçamentado em 547 mil euros.

O imposto municipal sobre imóveis (IMI) é o imposto com maior peso nos impostos diretos, seguindo-se o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e a Derrama.

Relativamente ao período homólogo a receita proveniente do IMT regista um aumento de 248 mil euros.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 71,60%.

Em relação ao ano de 2021, verifica-se uma diminuição das dotações corrigidas, no montante global de 793.486,19€. De igual modo, a despesa comprometida de 846.401,06€, com reflexos na despesa faturada, regista diminuição no valor de 1.035.894,47€.

Nos termos da Lei dos Compromissos, e na determinação dos fundos disponíveis de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2022, existe a obrigatoriedade do registo dos compromissos para os seis meses seguintes, daí a despesa comprometida e não paga, incluindo o valor dos compromissos para exercícios futuros resultar num valor global de 14.679.519,71€ incluindo despesas certas e permanente e contratos plurianuais, cuja despesa terá reflexos no exercício de 2023 e seguintes.

Quadro 9 - Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida no exercício	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [2-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	4 667 839	4 482 927	4 374 944	-184 912	93,7%	107 983
02 Aquisição de bens e Serviços	8 218 536	7 684 705	5 666 330	-533 830	68,9%	2 018 375
03 Juros e Outros encargos	63 361	59 144	14 573	-4 217	23,0%	44 571
04 Transferências Correntes	1 614 409	1 357 571	1 021 698	-256 838	63,3%	335 872
05 Subsídios	15 500	13 729	13 729	-1 771	88,6%	0
06 Outras Despesas Corrente	236 604	224 838	190 366	-11 765	80,5%	34 472
Despesas Correntes	14 816 248	13 822 915	11 281 640	-993 334	76,1%	2 541 275
07 Aquisição de Bens de Capital	2 928 840	2 688 811	1 478 299	-240 029	50,5%	1 210 512
08 Transferência de Capital	349 617	300 502	162 880	-49 115	46,6%	137 622
09 Ativos Financeiros	6 000	0	0	-6 000	0,0%	0
10 Passivos Financeiros	337 990	282 730	282 730	-55 260	83,7%	0
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0,0%	0
Despesas Capital	3 622 447	3 272 043	1 923 909	-350 404	53,1%	1 348 135
Total	18 438 696	17 094 958	13 205 549	-1 343 738	71,6%	3 889 409

No orçamento de 2022 os valores dos compromissos representaram 93% do orçamento e os pagamentos de 72%.

As despesas correntes comprometidas ascendem a 13.822.915€ e a despesa orçada a 14.816.248€ representando 93,3%, do respetivo orçamento, a despesa paga no montante de 11.281.640€ corresponde a 76,1%.

Quadro 10 - Comparativo da Despesa (2022 – 2021)

	2021			2022			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR 2021-2020
01 Pessoal	4 285 287	4 332 348	29,7%	4 374 944	4 482 927	33,1%	3,5%
02 Aquisição de bens e Serviços	4 621 501	4 902 876	33,6%	5 666 330	5 854 284	43,2%	19,4%
03 Juros e Outros encargos	12 627	12 627	0,1%	14 573	14 573	0,1%	15,4%
04 Transferências Correntes	936 287	936 987	6,4%	1 021 698	1 021 698	7,5%	9,0%
05 Subsídios	63 635	63 635	0,4%	13 729	13 729	0,1%	0,0%
06 Outras Despesas Corrente	218 892	223 834	1,5%	190 366	190 645	1,4%	-14,8%
Despesas Correntes	10 136 229	10 472 307	71,8%	11 281 640	11 577 857	85,4%	10,6%
07 Aquisição de Bens de Capital	3 280 966	3 359 482	23,0%	1 478 299	1 523 171	11,2%	-54,7%
08 Transferência de Capital	472 216	472 216	3,2%	162 880	173 918	1,3%	-63,2%
09 Ativos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	289 566	289 566	2,0%	282 730	282 730	2,1%	-2,4%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	4 042 748	4 121 263	28,2%	1 923 909	1 979 819	14,6%	-52,0%
Total	14 180 977	14 593 570	100,0%	13 205 549	13 557 676	100,0%	-7,1%

Tanto a despesa de capital como a despesa corrente diminuíram cerca de 7,1% relativamente ao ano anterior, destacando-se a aquisição de bens de capital.

A despesa realizada com o pessoal aumentou cerca de 150.579€ face a atualizações salariais. De igual modo, as rubricas de aquisição de bens e serviços tiveram um acréscimo de 951.408€, fruto da retoma de alguns eventos culturais, bem como do aumento dos encargos de instalação, nomeadamente, eletricidade e combustíveis, fruto da crise energética provocada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Quadro 11 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas

	Exercício 2021		Exercício 2022	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Instituições sem fins lucrativos (Apoios ao Associativismo)	370 061	26,26%	455 315	38,44%
Freguesias	49 244	3,49%	87 521	7,39%
Administração Central (Agrup.Esc.)	247 378	17,55%	244 264	20,62%
Outras TransFs	270 304	19,18%	234 599	19,80%
Transferências de Capital				
Instituições sem fins lucrativos (Apoios ao Associativismo)	194 189	13,78%	155 166	13,10%
Freguesias	275 527	19,55%	6 730	0,57%
Outras TransFs	2 500	0,18%	984	0,08%
Total	1 409 203		1 184 578	

Os apoios concedidos a instituições sem fins lucrativos (apoio ao associativismo) realizados em 2022 foram na ordem dos 610.481€ (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências. Resultou no acréscimo dos apoios no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) que no ano anterior registou despesa no montante de 564.250€.

As transferências para as Juntas de Freguesia foram de 94.251€. A rubrica "outras transferências", apresenta um valor de 234.599€, resultado da contínua necessidade de fazer face aos apoios concedidos no âmbito da ação social.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 93%.

O mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retrata os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município.

Quadro 12 - Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Faturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1 FUNÇÕES GERAIS	668 359	662 015	883 572	928 318	95%
111 Administração Geral	385 103	378 759	536 406	568 968	94%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	283 256	283 256	347 166	359 350	97%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 193 285	5 072 681	7 172 698	7 748 050	93%
211 Ensino Não Superior	275 421	275 232	312 947	317 630	99%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	835 472	741 612	1 223 822	1 279 723	96%
221 Serviços Individuais de saúde	60 020	60 020	124 677	128 750	97%
232 Ação Social	259 072	258 300	508 321	516 435	98%
241 Habitação	15 560	15 560	15 560	25 150	62%
242 Ordenamento do território	213 665	210 293	402 889	439 108	92%
243 Saneamento	865 126	865 126	945 381	950 252	99%
244 Abastecimento de Água	47 355	47 355	47 355	49 907	95%
245 Resíduos Sólidos	989 443	989 443	1 073 651	1 073 719	100%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	462 854	462 854	813 749	821 703	99%
251 Cultura	761 908	750 536	978 063	1 137 690	86%
252 Desporto Recreio e Lazer	407 389	396 351	726 282	1 007 983	72%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas					
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	282 120	240 620	485 193	544 979	89%
320 Indústria e Energia	0	0	64 114	68 870	93%
331 Transportes Rodoviários	234 596	193 096	373 555	421 200	89%
340 Comércio e Turismo	13 729	13 729	13 729	15 550	88%
342 Turismo	33 794	33 794	33 794	38 659	87%
350 Outras Funções Económicas	0	0	0	700	0%
4 OUTRAS FUNÇÕES	94 251	94 251	158 734	171 356	93%
410 Operações da Dívida Autárquica	0	0	0	6 000	0%
420 Transferências entre Administrações	94 251	94 251	158 734	165 356	96%
TOTAL	6 238 014	6 069 566	8 700 196	9 392 703	93%
RESUMO :					
1 FUNÇÕES GERAIS	668 359	662 015	883 572	928 318	95%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 193 285	5 072 681	7 172 698	7 748 050	93%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	282 120	240 620	485 193	544 979	89%
4 OUTRAS FUNÇÕES	94 251	94 251	158 734	171 356	93%
TOTAL	6 238 014	6 069 566	8 700 196	9 392 703	93%

O Plano revela despesa assumida na ordem dos 8,7 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio dos serviços auxiliares de ensino, resíduos sólidos urbanos, cultura e saneamento.

No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Quadro 13 - Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2021		Exercício 2022	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	674 417	23,1%	66 142	2,0%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	851 370	25,9%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	581 130	19,9%	491 889	15,0%
Contratos-Programa	3 900	0,1%	0	0,0%
Fundos Comunitários	254 390	8,7%	345 131	10,5%
Outras Receitas de Capital	3 808	0,1%	11 431	0,3%
Receitas Próprias de Funcº	1 401 718	48,0%	1 515 003	46,2%
Investimento Pago	2 919 363	100,0%	3 280 966	100,0%

As principais fontes de financiamento do investimento autárquico no ano de 2022 foram as receitas próprias de funcionamento (46,20%), seguindo-se o recurso à venda de bens de investimento e por último as transferências do Orçamento de Estado.

1.4. Resultado Orçamental

O saldo global a transitar para a gerência seguinte é de 2.656.387,68, que se decompõe em 2.049.808,95€ de saldo de operações orçamentais e 606.578,73€ de saldo de operações de tesouraria. Esta informação é complementada com o mapa Demonstração de desempenho orçamental que evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, e com o mapa Operações de tesouraria que evidencia as cobranças que os serviços do Município da Batalha realizaram, destinados a outras entidades.

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos três anos, bem como os respectivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte. Verifica-se um aumento do saldo de gerência de operações orçamentais, a transitar para o exercício seguinte.

Quadro 14 - Receita / Despesa

Designação	2020	2021	2022
Saldo Gerência Anterior	865 710	1 260 144	276 783
Receita Total Cobrada	13 772 380	13 197 616	14 978 574
Despesa Total Paga	13 377 946	14 180 977	13 205 549
Saldo Gerência Seguinte	1 260 144	276 783	2 049 808

O princípio do equilíbrio orçamental, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Quadro 15- Poupança Corrente do Exercício

RECEITAS [1]		DESPESAS [2]		POUPANÇA Valor [3] = [1] - [2]		% [3]/[1]
Correntes	13 212 611	Correntes	11 281 640	Correntes	1 930 972	15%
Capital	1 765 963	Capital	1 923 909	Capital	-157 946	-9%

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, determina a regra de equilíbrio orçamental, em que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Neste contexto, verificou-se uma transferência de 15% de receita corrente para realização de despesas de investimento.

Quadro 16 - Regra de Equilíbrio Orçamental

Designação	Valor
Receita corrente bruta cobrada	13 265 564,37
Despesa corrente	11 281 639,74
Amortizações médias	271 307,81
Equilíbrio Orçamental	1 712 616,82

1.5. Principais Indicadores Orçamentais

As receitas próprias de funcionamento e a "saúde financeira" da Autarquia aumentaram face ao período homologo, correspondendo a um acréscimo de autonomia financeira de 1.248.223€.

Quadro 17 - Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2020	2021	2022
Receitas Fiscais (Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	4 153 394	4 114 320	4 675 164
Receitas Próprias de Funcionamento (Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	10 915 491	11 683 779	14 075 412
Serviço da Dívida (Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	560 661	302 213	297 303
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	85%	89%	94%
Autonomia Financeira (Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1 299 738	1 545 549	2 793 772
Saúde Financeira (Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	12%	13%	20%

2. Análise Económico-Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo e no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise da contabilidade de gestão no Município da Batalha.

2.1. Balanço

Em 2022 o ativo do Município da Batalha, foi de 71,77 milhões de euros, verificando-se um aumento de 0,224 milhões de euros face ao ano anterior (0,31%).

Em relação ao passivo, o Município da Batalha fechou o ano com um valor de 7,67 milhões de euros, sendo constituído em 4,24 milhões de euros por passivo não corrente e em 3,43 milhões de euros por passivo corrente, traduzindo-se num decréscimo de 6,51% face ao ano anterior.

O património líquido da autarquia, cifra-se em 64,09 milhões de euros, verificando-se um aumento de 758.279€ face ao ano de 2021.

Quadro 18 - Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	64 049 351,60	65 682 560,19
Propriedades de investimento	8	214 709,58	220 011,88
Ativos intangíveis	3	359 588,86	321 905,86
Participações financeiras		488 954,08	488 954,08
		65 112 604,12	66 713 432,01
Ativo corrente			
Inventários	10	324 416,14	280 230,10
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 290 054,05	1 414 764,46
Cientes, contribuintes e utentes		175 096,98	61 158,21
Estado e outros entes públicos		0,00	94,23
Outras contas a receber		2 203 366,37	2 080 207,50
Diferimentos		7 322,92	9 131,19
Caixa e depósitos	1	2 656 387,68	985 651,36
		6 656 644,14	4 831 237,05
Total do ativo		71 769 248,26	71 544 669,06
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		56 222 653,14	56 222 653,14
Resultados transitados		-8 145 408,61	-7 651 341,26
Outras variações no Património Líquido		15 428 582,02	15 524 988,13
Resultado líquido do período		593 931,76	-754 821,31
Total do Património Líquido		64 099 758,31	63 341 478,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	275 134,73	215 634,72
Financiamentos obtidos		1 590 194,07	1 823 241,96
Diferimentos		1 807 199,24	1 975 193,48
Outras contas a pagar		568 742,01	560 123,93
		4 241 270,05	4 574 194,09
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		11 037,83	700,00
Fornecedores		567 817,54	635 996,34
Estado e outros entes públicos		69 291,52	53 541,90
Financiamentos obtidos		299 463,29	274 082,33
Fornecedores de investimentos		105 266,58	140 737,86
Outras contas a pagar		977 185,99	1 023 334,61
Diferimentos		1 398 157,15	1 500 603,23
		3 428 219,90	3 628 996,27
Total do Passivo		7 669 489,95	8 203 190,36
Total do Património Líquido e Passivo		71 769 248,26	71 544 669,06

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo e do passivo.

Quadro 19 - Evolução do ativo

COMPONENTE DO ATIVO	2022	2021	Δ 2022/2021
Ativos fixos tangíveis	64 049 351,60	65 682 560,19	-2,5%
Propriedades de investimento	214 709,58	220 011,88	-2,4%
Ativos intangíveis	359 588,86	321 905,86	11,7%
Participações financeiras	488 954,08	488 954,08	0,0%
Ativo Não Corrente	65 112 604,12	66 713 432,01	-2,4%
Inventários	324 416,14	280 230,10	15,8%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 290 054,05	1 414 764,46	-8,8%
Cientes, contribuintes e utentes	175 096,98	61 158,21	186,3%
Estado e outros entes públicos	0,00	94,23	0,0%
Outras contas a receber	2 203 366,37	2 080 207,50	5,9%
Diferimentos	7 322,92	9 131,19	-19,8%
Caixa e depósitos	2 656 387,68	985 651,36	169,5%
Ativo Corrente	6 656 644,14	4 831 237,05	37,8%
Ativo Total	71 769 248,26	71 544 669,06	0,3%

Os ativos fixos tangíveis representam 89% do total do ativo e registaram um decréscimo face ao ano anterior, cerca de 1.633.208€ euros.

A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registaram uma diminuição de 8,8%, resultado da atualização do reconhecimento dos valores a receber relativos a projetos cofinanciados em curso.

Os Clientes, contribuintes e utentes, também, registaram um aumento de 186,3% devido à retoma da faturação dos valores das taxas e serviços municipais que estavam isentos no âmbito das medidas de apoio aos efeitos da pandemia COVID-19.

Quadro 20 - Evolução do passivo

COMPONENTE DO PASSIVO	2022	2021	Δ 2022/2021
Provisões	275 134,73	215 634,72	27,6%
Financiamentos obtidos	1 590 194,07	1 823 241,96	-12,8%
Diferimentos	1 807 199,24	1 975 193,48	-8,5%
Outras contas a pagar	568 742,01	560 123,93	1,5%
Passivo Não Corrente	4 241 270,05	4 574 194,09	-7,3%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	11 037,83	700,00	1476,8%
Fornecedores	567 817,54	635 996,34	-10,7%
Estado e outros entes públicos	69 291,52	53 541,90	29,4%
Financiamentos obtidos	299 463,29	274 082,33	9,3%
Fornecedores de investimentos	105 266,58	140 737,86	-25,2%
Outras contas a pagar	977 185,99	1 023 334,61	-4,5%
Diferimentos	1 398 157,15	1 500 603,23	-6,8%
Passivo Corrente	3 428 219,90	3 628 996,27	-5,5%
Total do Passivo	7 669 489,95	8 203 190,36	-6,5%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 6,5%, que resulta essencialmente do decréscimo das rubricas do passivo não corrente, nomeadamente dos financiamentos obtidos.

As outras contas a pagar, também registaram um decréscimo de 4,5% resultado da devolução de cações prestadas por parte dos fornecedores de investimentos.

2.2. Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2021 e 2022, conclui-se que o resultado líquido foi positivo, no montante de 593.931,76€ resultado do aumento significativo das rubricas, Impostos, contribuições e taxas, devido à retoma da atividade económica pós-pandemia, das transferências e subsídios correntes obtidos, fruto da aceitação da transferência de competências, preconizada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e da atualização dos valores das transferência do Orçamento de Estado e da rubrica outros rendimentos, resultado da alienação de 4 terrenos, conjugado com a diminuição do valor dos gastos das depreciações e amortizações do exercício.

Quadro 21 - Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	4 352 099,03	3 781 802,66
Vendas	828,77	393,66
Prestações de serviços e concessões	944 114,69	535 260,54
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 337 145,46	6 788 204,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-171 096,68	-167 355,50
Fornecimentos e serviços externos	-5 656 922,44	-4 777 935,10
Gastos com pessoal	-4 402 735,09	-4 277 019,37
Transferências e subsídios concedidos	-1 130 871,38	-1 296 082,04
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-36 922,99
Provisões (aumentos/reduções)	-59 500,01	0,00
Outros rendimentos	2 423 240,73	1 856 136,91
Outros gastos	-155 137,66	-164 746,81
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 481 165,42	2 241 736,90
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 874 272,18	-2 976 975,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	606 893,24	-735 238,73
Juros e rendimentos similares obtidos	6 297,94	1 533,38
Juros e gastos similares suportados	-19 259,42	-21 115,96
Resultado antes de impostos	593 931,76	-754 821,31
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Resultado líquido do período	593 931,76	-754 821,31
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00
	0,00	0,00
	593 931,76	-754 821,31

Efetuada uma análise aos gastos de 2022 podemos concluir que houve um aumento de cerca de 751.641€ face ao ano de 2021.

Destaca-se, o aumento dos gastos com os fornecimentos e serviços externos em cerca de 878.987€ face ao ano 2021, que corresponde a um aumento de 18,4%, que se justifica pelo aumento dos preços da energia e da alimentação, bem como das elevadas taxas de inflação, resultado da retoma pós-pandemia e do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia.

Para o crescimento de gastos com pessoal contribuíram, além do acréscimo de efetivos, que passaram de 222 no final de 2021 para 234 em 31 de dezembro de 2022, a atualização das remunerações e a base remuneratória da remuneração mínima mensal para a Administração Pública nos termos dos Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 07 de dezembro e Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho.

Em contrapartida, as transferências e subsídios correntes concedidos e os gastos com depreciação e amortizações, diminuíram em cerca de 12,7% e 3,45%, respetivamente.

Quadro 22 - Evolução dos gastos

Gastos	2022	2021	Δ 2022/2021
Transferências e subsídios concedidos	1 130 871,38	1 296 082,04	-12,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	171 096,68	167 355,50	2,2%
Fornecimentos e serviços externos	5 656 922,44	4 777 935,10	18,4%
Gastos com pessoal	4 402 735,09	4 277 019,37	2,9%
Gastos de depreciação e amortização	2 874 272,18	2 976 975,63	-3,45%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	36 922,99	100,0%
Provisões (aumentos/reduções)	59 500,01	0,00	100,0%
Outros gastos	155 137,66	164 746,81	-5,8%
Juros e gastos similares suportados	19 259,42	21 115,96	-8,8%
Total dos Gastos	14 469 794,86	13 718 153,40	5,5%

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 39% sobre os gastos totais do exercício, seguido dos custos com pessoal com 30% do total da estrutura de gastos.

No computo dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), a rubrica mais representativa dos gastos do Município, são os subcontratos. Estes gastos estão fundamentalmente, relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [375.672€], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [589.630€] e Recolha de Efluentes através da ACL [818.258€].

Os Gastos com depreciação/amortização e provisões registam cerca de 20% do total da estrutura de gastos, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Quadro 23 - Evolução dos rendimentos

PROVEITOS	2022	2021	Δ 2022/2021
Impostos, contribuições e taxas	4 352 099,03	3 781 802,66	15,1%
Impostos	3 830 143,99	3 356 392,40	14,1%
Derrama	570 659,84	461 911,86	23,5%
IMI	1 792 542,00	1 751 886,00	2,3%
IUC	558 859,51	508 611,06	9,9%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	6 824,41	6 594,95	3,5%
IMT	901 128,05	627 348,53	43,6%
Outros	130,18	40,00	225,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	521 955,04	425 410,26	22,7%
Loteamentos e Obras	110 130,00	99 592,81	10,6%
Ocupação da Via Pública	24 093,98	2 361,05	920,5%
Saneamento	303 772,89	306 272,91	-0,8%
Multas e outras penalidades	1 737,46	3 796,38	-54,2%
Outras	82 220,71	13 387,11	514,2%
Vendas	828,77	393,66	110,5%
Prestações de serviços e concessões	944 114,69	535 260,54	76,38%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 337 145,46	6 788 204,94	8,09%
Outros rendimentos	2 423 240,73	1 856 136,91	30,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	6 297,94	1 533,38	0,0%
Total	15 063 726,62	12 963 332,09	16,2%

No mapa acima identificado pode-se concluir que houve um aumento generalizado de todas as rubricas dos rendimentos em 2022 em cerca de 2.100.394€ face ao ano de 2021.

Destacam-se as rubricas dos impostos diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre transmissões (IMT) e a derrama, com aumentos na ordem dos 273.780€ e 108.748€, respetivamente. As taxas municipais e as prestações de serviços também aumentaram significativamente, cerca de 96.544€ e 408.854€, respetivamente, fruto da retoma da atividade económica pós-pandemia.

A par das rubricas acima identificadas as transferências e subsídios correntes obtidos, também tiveram um aumento de 548.940€ fruto da aceitação da transferência de competências, preconizada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e da atualização dos valores das transferências do Orçamento de Estado de 2022. A rubrica outros rendimentos, aumentou cerca de 567.104€ resultado da alienação de 4 terrenos, propriedade do município, nas localidades de Cancelas, Celeiro e Jardoeira.

2.3. Endividamento

Quadro 24 - Dívidas a terceiros

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2022	2021	Var. Valor 22/21	Var. % 22/21
Empréstimos m/l prazo (dívida de curto prazo)	299 463	274 082	25 381	9,3%
Fornecedores c/c.	567 818	635 996	-68 179	-10,7%
Fornecedores Imobilizado	105 267	140 738	-35 471	-25,2%
Estado e Outros Entes Públicos	69 292	53 542	15 750	29,4%
Outros Credores	665 612	714 064	-48 452	-6,8%
Total	1 707 451	1 818 423	-110 972	-6,1%
Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)				
Empréstimos m/l prazo	1 590 194	1 823 242	-233 048	-12,8%
Total	1 590 194	1 823 242	-233 048	-12,8%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado, em 31 de dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 3.297.645€, diminuindo em 9,45% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos 16 dias.

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 288.382€ (juros – 14.573,03€ e amortizações – 273.808,97€).

2.3.1. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais no período, corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período "n" (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período "n"), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período "n" (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

Deste modo, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2022, o montante de 16.831.858,74€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais)

No quadro seguinte apresenta-se a situação no ano de 2022 do Município da Batalha face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2022, não excede o limite de endividamento.

O valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 2.691.066,64€, ficando com uma margem face ao limite legal de 14.140.792,10€.

Quadro 25 - Cálculo do Endividamento

Conta	Designação	Saldo Final
2211	Fornecedores – C/C	188 209,33
225	Fornecedores – Faturas conferência	379 608,21
25111	Empréstimos Bancários	0,00
25112	Empréstimos Bancários	1 889 657,36
2421	IRS - Trabalho Dependente	20 649,00
2422	IRS - Trabalho Independente	1 019,28
2423	IRC - Capitais	200,00
2436	IVA – a pagar	5 907,25
244*	Imposto selo - OT	0,00
2451111	Caixa Geral de Aposentações	9 426,02
2451119*	Caixa Geral de Aposentações - OT	694,57
2451121	Taxa Social única	15 429,31
2451129*	Taxa Social única - OT	11,93
2452	Taxa Social única	7 306,03
249	Outras Tributações	1 823,59
249*	Outras Tributações - OT	6 824,54
27111	Fornecedores Imobilizado	41 499,83
27121	Fornecedores imobilizado – Fat. Conf.	63 766,75
2785	Sindicatos	319,91
2751	Fundo Apoio Municipal	0,00
2029	Crédores Transferências e Subsídios Concedidos	11 037,83
2771	Depósito de garantia fornec. imobilizado (cauções)	586 218,23
27892919011	Retenções funcionários	965,85
27892919012	Crédores Diversos – OT	12 829,46
2789291999	Crédores Diversos – Entidades Credoras	54 241,09
Dívida Total (Balanço)		3 297 645,37
Operações não orçamentais (OT)		606 578,73
Fundo Apoio Municipal (exceção dívida total)		0,00
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)		2 691 066,64
Contributo de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013) (à data deste cálculo não é possível apuramento)		0,00
Dívida Total de operações orçamentais		2 691 066,64
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL		16 831 858,74
Margem face ao limite total		14 140 792,10

* Contas de operações não orçamentais

2.4. Indicadores Económico-Financeiros

No mapa infra encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Quadro 26 - Evolução dos indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2022	2021
Autonomia Financeira	<i>Património Líquido / Ativo</i>	89,31%	88,53%
Solvabilidade	<i>Património Líquido / Passivo</i>	8,36	7,72
Liquidez Geral	<i>Ativo Corrente / Passivo Corrente</i>	1,94	1,33
Liquidez Reduzida	<i>(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente</i>	1,85	1,25
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades / Passivo Corrente</i>	0,77	0,27

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidência um desempenho financeiro positivo do Município em 2022, destacando-se o grau de autonomia financeira superior a 89% que continua a evidenciar a capacidade de o Município financiar o seu ativo através de capitais próprios.

O aumento do índice de liquidez imediata, relativamente ao ano anterior, é justificado pelo aumento das disponibilidades conjugado com a diminuição do passivo corrente.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvabilidade, apresentou uma ligeira melhoria relativamente ao ano de 2021, ao passar de 7,72 para 8,36.

O EBITDA (resultados antes de depreciações e gastos de financiamento) de 2022 é positivo e apresenta-se com um valor de 3,4 milhões de euros.

CAPÍTULO IV – Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão, tratando-se de um instrumento de gestão interna, tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, uma vez que permite às entidades um maior rigor na gestão dos recursos de que dispõe, de modo a poder administra-los de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para os serviços a prestar aos cidadãos.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal completa a contabilidade orçamental e contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

1. Análise de Custos por Funções

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP. Assim, é possível quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planear a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando, deste modo, obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenções: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções, e na prossecução das suas atribuições.

Assim, e para manter a comparabilidade com o ano anterior procedeu-se apenas à análise dos custos por funções.

Quadro 27 – Gastos por funções

Código	Descrição	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Total	Peso %
1	Funções Gerais	683 727	2 983 819	3 667 546	30%
111	Administração Geral	584 678	2 968 215	3 552 894	29%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	99 049	15 604	114 652	1%
2	Funções Sociais	3 281 277	4 243 869	7 525 147	62%
211	Ensino não superior	1 315 272	1 482 336	2 797 609	23%
221	Serviços Individuais de saúde	54 602	27 616	82 218	1%
232	Ação Social	249 206	0	249 206	2%
243	Saneamento	32 192	1 024 481	1 056 673	9%
244	Abastecimento de água	11 768	64 868	76 636	1%
245	Resíduos Sólidos	1 546	1 103 205	1 104 751	9%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	84 366	176 140	260 506	2%
251	Cultura	991 714	144 602	1 136 316	9%
252	Desporto, recreio e lazer	540 611	220 621	761 231	6%
3	Funções Económicas	907 261	39 272	946 533	8%
320	Indústria e energia	416 534	21 674	438 208	4%
331	Transportes rodoviários	429 614	14 868	444 482	4%
341	Mercados e feiras	19 227	2 730	21 958	0%
342	Turismo	41 886	0	41 886	0%
4	Outras Funções	0	0	0	0%
420	Transferências entre administrações	0	0	0	0%
430	Diversas não especificadas	0	0	0	0%
Total custos diretos e indiretos por funções		4 872 265	7 266 960	12 139 226	100%

Assim, de acordo com os dados do mapa de gastos por funções conclui-se que o peso das funções gerais corresponde a 30% do total dos gastos por função, que representam cerca de 3,6 milhões de euros, sendo que este grupo integra os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio, nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos e notariado. As funções sociais representam aproximadamente 7,53 milhões de euros, correspondendo a 62% dos gastos do município. A rubrica do ensino não superior contribuiu com 23% do total dos gastos desta área de intervenção, ou seja, aproximadamente 2,80 milhões de euros, a rubrica da cultura contribuiu com 9%, cerca de 1,14 milhões euros, a par das rubricas dos resíduos sólidos e saneamento, com 1,10 e 1,05 milhões de euros respetivamente.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que representam 0,95 milhões de euros, sendo a soma das rubricas dos transportes rodoviários e da energia 8% do total das despesas desta área de intervenção, correspondendo a 0,88 milhões de euros.

Os gastos relativos à área de intervenção - outras funções, foram considerados como gastos não incorporáveis na Contabilidade de Custos.

Analisando o total de gastos por função verificamos que os custos diretos a bens/serviços representam 40% do total dos gastos e que os custos indiretos a bens/serviços representam os restantes 60%.

Quadro 28 – Evolução Gastos por Funções

Código	Descrição	Gastos por Funções		Δ 2022/2021
		2022	2021	
1	Funções Gerais	3 667 546	3 416 200	7,36%
111	Administração Geral	3 552 894	3 019 252	17,67%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	114 652	396 948	-71,12%
2	Funções Sociais	7 525 147	6 479 564	16,14%
211	Ensino não superior	2 797 609	2 344 636	19,32%
221	Serviços Individuais de saúde	82 218	59 985	37,06%
232	Ação Social	249 206	292 705	-14,86%
243	Saneamento	1 056 673	1 163 221	-9,16%
244	Abastecimento de água	76 636	184 737	-58,52%
245	Resíduos Sólidos	1 104 751	877 138	25,95%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	260 506	255 321	2,03%
251	Cultura	1 136 316	747 119	52,09%
252	Desporto, recreio e lazer	761 231	554 702	37,23%
3	Funções Económicas	946 533	1 976 539	-52,11%
320	Indústria e energia	438 208	545 637	-19,69%
331	Transportes rodoviários	444 482	1 368 501	-67,52%
341	Mercados e feiras	21 958	24 066	-8,76%
342	Turismo	41 886	38 335	9,26%
4	Outras Funções	0	0	
420	Transferências entre administrações	0	0	
430	Diversas não especificadas	0	0	0
Total custos diretos e indiretos por funções		12 139 226	11 872 303	2,25%

Comparando o total dos gastos por funções com o período homólogo verifica-se uma variação positiva de 2,25%, que representa cerca de 266.923 euros.

As funções sociais tiveram na origem dessa variação, sendo que a rubrica da cultura, desporto, recreio e lazer, serviços individuais de saúde e resíduos sólidos, foram as mais representativas, aumentaram 52,09%, 37,23%, 37,06% e 25,95%, respetivamente.

CAPÍTULO V – Proposta Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício positivo de 593.931,76 euros tenha a seguinte aplicação:

- 593.931,76 euros para Resultados Transitados.

CAPÍTULO VI – Considerações Finais

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações e fornecedores.

Aos nossos Trabalhadores uma palavra de estímulo e apreço pelo trabalho desenvolvido em prol dos nossos munícipes. O seu contributo é fundamental para um bom desempenho do Município com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Paços do Concelho, 04 de abril de 2023

